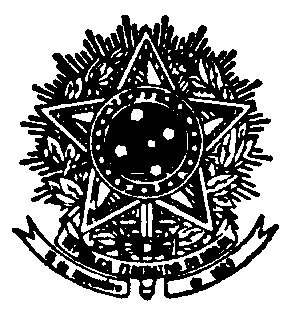
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**



**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

TELEFONE (048) 3721-2994 - FAX (048) 3721-9010

E-mail: prograd@contato.ufsc.br

**CONTRIBUIÇÕES –** “Versão Preliminar do **Plano Estadual de Educação de Santa Catarina,**

**para o decênio 2015 a 2024 (PEE/SC 2015-2024)”**

1. **Identificação**

Resultado da audiência pública realizada no dia 01.10.2014, entre a comunidade acadêmica para proposição de nova redação a Versão Preliminar do **Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, para o decênio 2015 a 2024 (PEE/SC 2015-2024**

1. **Registro das proposições** referentes a análise das metas e estratégias, sobre a “Versão Preliminar do PEE/SC 2015-2024”

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **19 METAS**  **300 estratégias** | **ESTRATÉGIAS** | | |
| **Nº** | **Proposição de nova redação** | **Justificativa** |
| **Meta 1**  (18 estratégias) | **1.9** | Fomentar o atendimento às populações do campo e às comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando preferencialmente a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada. |  |
| **1.12** | Preservar as especificidades da educação infantil, bem como, às populações do campo, as comunidades indígenas e quilombolas na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte. |  |
| **1.17** | Implementar espaços de interatividade respeitando as curiosidades das crianças sobre as sexualidades e estimulando os interesses das mesmas em relação à diversidade étnica, de gênero e sociocultural por meio de brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil. | Através de documentos como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (v. 2) a sexualidade, e o exercício da sexualidade, mesmo no na Educação Infantil, são considerados temas ligados à cidadania dos sujeitos. O esclarecimento dessa ordem direcionado às crianças em nível infantil, que costumeiramente levam a uma interpretação equivocada de um incentivo à prática sexual, possibilita a identificação de atos de violência por parte das próprias crianças que passam a problematizar abordagens coercitivas, como as pedófilas.  Seguindo a série de políticas públicas destinadas ao setor da educação, consideramos importante trabalhar desde o nível Infantil as temáticas de gênero e relações étnico-raciais, pois muito cedo as crianças aprendem por meio das brincadeiras, atividades, histórias infantis, linguagens, bem como pelas interações entre professoras/es e crianças. Nesse sentido, o espaço escolar não pode representar um caminho de reiteração de modelos misóginos, racistas, homofóbicos, trasnfóbicos ou promotores de qualquer desigualdade social. |
| **Meta 2** |  | Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 100% (cem por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano. | O percentual pode ser mais avançado, em função do tempo previsto. |
| **(Estratégia 2.8)** |  | Ofertar e expandir o atendimento específico às populações do campo, quilombolas, povos indígenas, povos nômades e das comunidades tradicionais garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações. |  |
| **(Estratégia 2.13)** |  | Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública.  Viabilizar transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias. | Desmembramento desta estratégia |
| **(Estratégia 2.16)** |  | 2.16 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem à todas as escolas. |  |
| **Meta 2**  (22 estratégias) | **NOVA**  **Inclusão após item 2.21** | Inserir no currículo do Ensino Fundamental a discussão da educação em Direitos humanos, em relações étnico-raciais, identidades de gênero, diversidades sexuais, adotando práticas de superação do racismo, lesbofobias, homofobias, transfobias e das violências de gênero, contribuindo para a efetivação de uma educação inclusiva e em defesa da cidadania. | A proposta da adição da estratégia está diretamente associada a políticas governamentais que já vigoram no âmbito educacional no estado de Santa Catarina, bem como nacionalmente. Citando alguns exemplos, o Plano Nacional de Educação em Diretos Humanos (2006) prevê a inclusão da educação em DH no âmbito da educação básica; a Lei n.º 10639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica; e a resolução n. 132 (2009) do CEE de SC dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos documentos escolares internos. Ainda como exemplo adicional é possível destacar a Lei n.º 8679/2011, que no município de Florianópolis prevê a inclusão de conteúdos ligados ao ensino de gênero e emancipação feminina no Ensino Fundamental da Rede. Logo, a presente solicitação de inclusão trabalha com questões já evidenciadas, mas que não podem ser ignoradas por documento de tal abrangência. |
| **Meta 3** | **Estratégia 3.5** | 3.5 Fomentar o acesso, permanência e do ensino médio público gratuito e de qualidade integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas público da educação especial. |  |
| **Meta 3**  (14 estratégias) | **NOVA**  **Inclusão após item 3.11** | Inserir no currículo do Ensino Médio a discussão da educação em Direitos humanos, em relações étnico-raciais, identidades de gênero, diversidades sexuais, adotando práticas de superação do racismo, lesbofobias, homofobias, transfobias e das violências de gênero, contribuindo para a efetivação de uma educação inclusiva e em defesa da cidadania. | Conforme mencionado no item anterior, esta proposta da adição da estratégia está diretamente associada a políticas governamentais que já vigoram no âmbito educacional nacionalmente, como o Plano Nacional de Educação em Diretos Humanos (2006) prevê a inclusão da educação em DH no âmbito da educação básica; a Lei n.º 10639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica; e a resolução n. 132 (2009) do CEE de SC dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos documentos escolares internos. Cientes de que os recortes propostos estão presentes seja na pauta das políticas públicas, seja na pauta educacional, propomos esta inclusão que alude a colocações do documento como o caso de “evasão motivada por preconceito”, caracterizando de forma mais pragmática tais conjunturas. |
|  | **Estratégia**  **Inclusão após o item 3.15** | Ofertar o Ensino Médio no interior das comunidades do campo. |  |
| **Meta 4** |  | Universalizar, para os estudantes da educação básica com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o ultimo dia de vigência desse Plano.  Acrescentar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – (2008) |  |
| **Meta 4** | **Estratégia**  **4.5** | Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação por profissionais da saúde e educação ou equipe multidisciplinar, ouvidos a família e o estudante. |  |
|  | **Estratégia**  **4.6** | Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia e demais Institutos Especializados, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação. |  |
|  | **Estratégia 4.7** | Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional. Deve-se assegurar, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, com o intuito de promover atendimento às suas especificidades. |  |
|  | **Estratégia 4.8** | 4.8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdocegos, quando indicado. | Substituir o texto em azul, pelo texto abaixo:  Com base no PNE, Lei 13.005/2014, meta 4, o estado deve garantir a educação bilíngue para surdos em escolas e classes bilíngues, assim como em escolas inclusivas. A Política Estadual de Educação Bilíngue de Surdos de Santa Catarina publicada em 2006 atende esta demanda e será devidamente implementada no estado. Além de sua implementação com classes bilíngues, o Estado fará um estudo para a abertura de escolas bilíngues de surdos nos grandes centros urbanos atendendo as orientações para a implementação de uma educação bilíngue para surdos, em que a Libras é a língua de instrução e o português escrito é ensinado como segunda língua, conforme previsto no PNE 2014 e no documento do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias no. 1.060/2013 e no. 91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. |
|  | **Estratégia 4.12** | 4.12 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos nos demais níveis de ensino das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida. | Não restringir somente a EJA |
|  | **4.13** | 4.13 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação especial para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e Hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de  professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de Libras e professores bilíngues. |  |
|  | **4.16** | 4.16 Garantir a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no *caput* do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação. | Transferir esta estratégia para meta 16 |
|  | **Incluir estratégia após a 4.22** | Incentivar pesquisas na área da educação especial inclusiva a partir de parcerias com Instituições de Ensino Superior. |  |
| **Meta 5** |  | Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade garantindo a alfabetização plena no máximo até aos 8 anos de idade. (texto substituído ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental. |  |
|  | **5.6** | 5.6 Garantir Assegurar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas. |  |
|  | **5.8** | 5.8 Criar Assegurar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. |  |
| **Meta 6** |  | Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) 70 % (Setenta por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) 50% (cinqüenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano. | Ampliar o percentual considerando o tempo previsto. |
| **Meta 7** |  | Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB:   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | IDEB | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 | | Anos iniciais do ensino fundamental | 5,8  6,5 | 6,0  7,0 | 6,3  7,3 | 6,5  7,5 | | Anos finais do ensino fundamental | 5,5  6,0 | 5,7  6,3 | 6,0  6,5 | 6,2  7,0 | | Ensino médio | 4,7  5,0 | 5,2  5,4 | 5,4  5,6 | 5,6  6,0 | |  |  |  |  |  | | Necessidade de elevação dos níveis, pois alguns deles prevêem metas abaixo das médias atuais Ex. Anos Iniciais – média atual 6,0  No caso dos Anos Finais – 4,5 e  Ensino Médio – 4,0 (2º lugar na média Nacional), observa-se também possibilidades de metas mais elevadas. |
| **Meta 7**  (39 estratégias) | 7.18 | ~~7.18 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas~~  ~~à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual,~~  ~~favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um~~  ~~ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.~~ |  |
| **7.18** | Garantir políticas de prevenção às violências na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas  à capacitação de educadores, pais e estudantes para a identificação de possíveis agressores e vítimas enfrentando todas as formas de violências, de gênero, homo-lesbo-transfóbica, física, psicológica, sexual e institucional (doméstica ou em espaços educacionais) favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e a redução da evasão escolar. | Em todas as estratégias em que a palavra violência está posta no Plano, que aqui discutimos, esta está associada à palavra preconceito (itens 2.2, 3.6, 4.9). Apenas no item 7.18 não há esta associação. A presente constatação é um elemento que identifica no documento uma livre associação entre as relações de opressão, física ou psicológica, e as relações discriminatórias. O que propomos com a alteração é a explicitação dos elementos pertinentes às situações de violência, que estão alinhados às políticas públicas governamentais, como é o caso do Brasil Sem Homofobia. |
| **Meta 8**  (11 estratégias) |  |  |  |
| **Meta 9**  (13 estratégias) |  | Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, universalizar a alfabetização desta população. reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. |  |
| **Meta 10**  (15 estratégias) |  | Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano. |  |
| **Meta 11**  (14 estratégias) | 11.12 | ~~Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e~~  ~~permanência na educação profissional técnica de nível médio~~ |  |
| **11.12** | Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais, de gênero e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio. | A questão do papel da mulher na sociedade atual, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, tem sido  tema de debate aprofundado, principalmente nas três últimas décadas, em que o trabalho de pensadoras feministas tem se tornado cada vez mais relevante. Entretanto, vemos que a sociedade não tem mudado de forma profunda a perspectiva com relação ao “papel” do gênero feminino, ainda que, cada vez mais, as mulheres venham ocupando lugares de destaque – no caso do Brasil, do Chile e da Alemanha, em especial, tendo mulheres como chefes de Estado – a violência contra a mulher, sua posição no mercado de trabalho e quantidade inexpressiva de mulheres nos quadros de destaque nas ciências (como exemplo, as pessoas agraciadas com o Prêmio Nobel, ou, mesmo nacionalmente, o reduzido número de meninas bem colocadas nas Olimpíadas de Matemática) continuam sendo alvo de severas críticas. Entendemos, dessa forma, que a adoção de políticas afirmativas no âmbito escolar que visem dirimir as divisões por gênero no interesse pelas ciências pode ser uma colaboração imensa para que o debate acerca do papel da mulher na propagação do conhecimento se torne ainda mais aprofundada, buscando, desde a educação básica, o entendimento das motivações do abandono feminino no interesse pelas ciências exatas, por meio de discussões que serão incentivadas  quanto ao papel dos(das) educadores(as) na propagação de estereótipos no contexto do  processo ensino-aprendizagem. |
| **Meta 12**  (16 estratégias) |  | Articular,  com  a  União,  a  elevação  da  taxa  bruta  de  matrícula  na  educação  superior  para  55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas.  e comunitárias. | Suprimir as comunitárias e permanecer nesta meta somente as instituições de ensino superior públicas. Incluir outra meta específica às comunitárias e privadas, incorporando a política do FIES e PROUNI. |
| **Meta 13**  (06 estratégias) |  |  |  |
| **Meta 14** |  | Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até ao final da vigência do Plano. |  |
|  | **14.1** | Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), FAPESC e às agências de fomento à pesquisa federal e estadual. |  |
| **Meta 14**  (07 estratégias) |  | ~~Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade~~  ~~de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva,~~  ~~pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, para pessoas, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade~~**~~.~~** |  |
| **14.9** | Estimular estudos e pesquisas em diferentes campos do saber, articulando direitos humanos, inclusão, gênero, orientação sexual, identidade  de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, e em situação de privação de liberdade. | A terminologia utilizada para definir pessoas com deficiências (público da educação especial) despersonificava esses sujeitos, bem como as especificidades pertinentes a eles. Assim, consideramos seu uso inadequado em meio aos debates educacionais. Outra constatação a que propomos alterações parte do pressuposto que todos os temas elencados não devem ficar apenas restritos no campo dos direitos humanos e da inclusão. |
| **14.10** | ~~Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração~~  ~~de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento à todas as formas de discriminação, a educação~~  ~~ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais~~ |  |
| **14.10** | Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração  de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, educação  ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais, educação em direitos humanos, relações étnico-raciais, gênero, sexualidades, violências e o enfrentamento à todas as formas de discriminação. | É importante inserir no currículo superior as temáticas de gênero, sexualidades, relações étnico-raciais, educação em direitos humanos se realmente quisermos lutar pela construção de uma sociedade mais justa, pois ultimamente estamos presenciando um crescente aumento de atos violentos em relação aos homossexuais e transexuais, (Dados do Grupo Gay da Bahia, 2012).  É indispensável olhar com mais  atenção para os currículos das IES, questionando os  regimes de verdade dos discursos, examinando aquilo que fez com que sejamos o que somos. Essas IES estão formando profissionais em diferentes áreas do conhecimento, e é uma tarefa política de todos lutar cotidianamente em prol da redução das desigualdades e discriminações. |
| **Meta 15** |  |  |  |
|  | **15.2** | Ampliar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação Licenciaturas, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento. |  |
|  | **15.5** | Implementar programas específicos de formação, com as instituições públicas, nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, comunidades indígenas, quilombolas, educação especial e, extratos historicamente excluídos. |  |
| **Meta 15**  (20 estratégias) | **15.16** | ~~Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre~~  ~~gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais~~ |  |
| **15.16** | Inserir nos Currículos dos Cursos de Licenciatura, nos Planos Municipais de Educação, nos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas, nos programas de formação continuada dos profissionais da educação as temáticas de gênero, identidade de gênero, sexualidades, orientação sexual para a promoção e efetivação dos direitos humanos. | A proposta de reformulação do texto original busca sinalizar ações efetivas, que estabeleçam orientações ligadas ao saber-fazer dessa estratégia. A nova redação sugerida especifica como essas políticas e programas promoverão a ampliação de formações em gênero, diversidades e orientações sexuais. |
| **Meta 16** |  | Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, em cursos reconhecidos pelo MEC, preferencialmente em IES públicas e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviço, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino. |  |
| **Meta 16**  (8 estratégias) |  |  |  |
| **Meta 17**  (14 estratégias) |  | Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos imediatamente a existência de plano de carreira,  Incluir outra meta  ...,assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano. | 17. Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, (assegurando no prazo  de 2 (dois) anos -  suprimir)**imediatamente** a existência de plano de carreira.  ..., assim como a sua reestruturação, que tem como  referência  o  piso  nacional,  definido  em  lei  federal,  nos  termos  do  Inciso  VIII,  do  Artigo  206,  da  Constituição  Federal,  a  fim  de  equiparar  o  rendimento  médio  dos  demais  profissionais  com  escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano. (Justificar a elaboração de outra meta prevendo esta restruturação) |
| **Meta 18**  (21 estratégias) |  | Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino - suprimir, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano. |  |
|  | **18.21** | Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação. | **Suprimir esta estratégia por não ser compatível com os princípios da gestão democrática** |
| **Meta 19**  (21 estratégias) |  | Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado até o o 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB até o final do decênio. |  |

**Observações:**

Incluir outra meta e estratégias que objetive:

Realizar estudo minucioso da rede física escolar estadual considerando a localização das unidades escolares em relação à população atendida, com as condições de acesso a essas unidades; abrangendo também as condições físicas das edificações, os ambientes pedagógicos e de apoio existentes nas escolas, as áreas de terreno livres para uso das escolas, alem de outros aspectos que permitam uma avaliação isolada e geral da rede escolar, com intuito de subsidiar a localização de novos edifícios modernamente projetados em substituição a prédios pedagogicamente mal localizados, obsoletos ou irrecuperáveis.

Todas as alterações sugeridas, ou ainda inclusões propostas, seguem as políticas governamentais em nível nacional ou estadual para o setor da Educação atualmente em vigor, bem como políticas públicas de promoção da cidadania; enfoque que de longa data compõem os documentos de orientação das práticas docentes e de formação institucionalizada. A proposta aqui apresentada tem como intenção o alinhamento do documento, de tal importância para o estado de Santa Catarina, com demandas sociais visibilizadas no Brasil e discussões teóricas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Data \_\_\_13\_\_/\_\_09\_\_\_/ 2014.